

O PAPEL DO SUPERVISOR EM UM PROCESSO EDUCATIVO DIRECIONADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA

Priscyla Pio FERREIRA¹

Suely Rodrigues VITOR²

Gleicione Ap^a Dias Bagne de SOUZA³

Recebido em: 30/10/2013 - Aprovado em: 18/12/2013 - Disponibilizado em: 15/01/2014

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar, através de uma pesquisa bibliográfica, como o supervisor pedagógico pode contribuir favoravelmente, através de sua prática de orientação dos profissionais, para o desenvolvimento da autonomia. Será destacada, principalmente, a visão de Piaget, muito bem descrita pela importante figura de Kamii (2004) e, dos autores Barros (1996), Werri e Ruiz (2001). São encontradas também as contribuições de Alonso (1990?), Silva (1987), Mendes (2006?) e Pereira e Ely (2005?), que enfocam o papel do supervisor pedagógico para a qualidade da educação e formação dos professores. Percebe-se, portanto, que as ações dos adultos que convivem com as crianças e as relações que estes estabelecem com a mesma, seja na família no na escola (professores, supervisores e demais profissionais envolvidos no processo educativo), constituem-se como influências positivas ou negativas, que são marcantes e decisivas no desenvolvimento da autonomia. Observa-se também que o supervisor pedagógico ocupa um papel importante na realização de um processo de ensino voltado para o desenvolvimento da autonomia, tanto dos profissionais da educação com os quais lida, destacando os professores, quanto dos alunos, que dão sentido a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia. Aluno. Supervisor pedagógico.

ABSTRACT

This article aims to identify, through a literature search, how the pedagogical supervisor can make a positive contribution, through its orientation guidance of professionals, for the development of autonomy. It will be highlighted, especially Piaget's view, very well described by the important figure of Kamii (2004) and the authors Barros (1996), Werri and Ruiz (2001). They are also found the contributions of Alonso (1990?), Silva (1987), Mendes (2006?) and Pereira and Ely (2005?), that focus on the role of the educational supervisor for the quality of education and teacher training. It can be seen therefore that the actions of the adults living with children and the relationships they establish with the same, whether in the family in the school (teachers, supervisors and other professionals involved in the educational process), are formed as positive influences or negative, that are striking and decisive in the development of autonomy. It is also observed that the teaching supervisor plays an important role in achieving an educational process geared towards the development of autonomy, both of education professionals with which read, highlighting the teachers, the students, who give meaning to education.

KEYWORDS: Autonomy . Student. educational supervisor.

¹ Pedagoga e Pós graduada em Gestão Escolar com ênfase em Supervisão e Orientação Escolar.

² Pedagoga e Pós graduada em Gestão Escolar com ênfase em Supervisão e Orientação Escolar.

³ Pedagoga, Mestre em Engenharia de Produção com ênfase em Mídia e Conhecimento e Doutora em Educação.

Introdução

A autonomia é resultado de um processo formador que é, sem dúvidas, influenciado pelo convívio social, ou seja, pelas ações e reações do outro perante as atitudes do indivíduo em questão, aqui representado pela criança.

Piaget, dentro de seus estudos em relação ao desenvolvimento moral da criança, descreve o caminho percorrido para a utilização plena dessa capacidade que é necessária para que o indivíduo seja capaz de se autogovernar, tanto no sentido moral, no que diz respeito às ações realizadas e as relações estabelecidas dentro do grupo social em que se vive, quanto em um aspecto intelectual, permitindo-se pensar não mais somente influenciado por idéias impostas pelos outros à sua volta.

Encontramos, portanto, a importância do papel representado não só pelos seus iguais (outras crianças), mas especialmente pelos adultos na família, primeiro grupo em que a criança convive e sofre influências que vão interferir no seu comportamento. Na escola, os adultos com os quais a criança convive são representados pela equipe pedagógica e administrativa, espaço que vai abrir as portas à criança para um mundo bem maior e, que vai exigir dela mais esforços para descobri-lo. Esta, por sua vez, pode auxiliar, ou não, para que aconteça um desenvolvimento satisfatório da criança, sendo, portanto necessário identificar como é

possível que ela atue favoravelmente, destacando a função do Supervisor Pedagógico, enquanto aquele que vai acompanhar e orientar o processo educativo, por meio de suas intervenções quanto à gestão da escola (currículo, objetivos, planejamentos, e outros) e aos professores, profissionais diretamente ligados e atuantes junto aos alunos.

Esta pesquisa se justifica uma vez que a autonomia é uma capacidade essencial a ser desenvolvida na atualidade e modernidade, para que, também através do processo de ensino/aprendizagem, o indivíduo possa agir como sujeito ativo na construção de seu conhecimento e na vida em sociedade. O professor enquanto profissional da educação, assim como outros profissionais, deve atuar como mediador deste processo, incentivando seus alunos. Também precisa, para trabalhar com os educandos, desenvolver suas próprias competências e habilidades, na direção de uma atuação mais autônoma.

O que é a autonomia: o desenvolvimento moral da criança

No início da vida humana, o indivíduo encontra-se em um período caracterizado pela anomia, quando:

[...], a inteligência está calcada em atividades motoras, centradas no próprio indivíduo, numa relação egocêntrica de si para si mesmo. É uma

consciência centrada no eu. Nessa fase a criança joga consigo mesma e não precisa compartilhar com o outro [...]. (PIAGET, 1977 *apud* AUTONOMIA..., [2000?], § 4).

Este estado dura até ao um ano e meio de vida. As crianças desconhecem certo e errado e "[...], são incapazes de seguir normas [...], o tipo de relação mais forte que estabelecem é o afeto pelos pais" (WERRI; RUIZ, 2001, § 25).

Quando a sua relação com a realidade vai se tornando mais complexa, acontece o reconhecimento do outro, o indivíduo toma consciência da autoridade e da existência de regras, impostas pelas pessoas mais velhas, pelos adultos. Estabelece, portanto, uma relação unilateral, onde o respeito atende aos interesses do outro, movido pelo medo e pela afeição que se tem em relação a este. "[...]". A verdade e a decisão estão centradas [...] no adulto. Neste caso a regra é exterior ao indivíduo e por consequência sagrada [...] (PIAGET, 1977 *apud* AUTONOMIA..., [200?], § 4). As regras são seguidas ao pé da letra, caracterizando o realismo moral.

"A criança heterônoma [...] despreza as intenções dos atos e se apega as suas conseqüências, considerando como boa toda criança que segue fielmente às regras dos adultos" (WERRI; RUIZ, 2001, § 26). Porém, não há uma compreensão por parte das crianças partindo da função social das regras, tomando o julgamento infantil

incoerente, pois elas não entendem que critérios são utilizados para formular as normas. Lei e autoridade são confundidas com a ideia de justiça. "[...]. Há justiça enquanto os deveres são cumpridos" (*ibidem*, §28). A ação é boa quando está ligada à obediência à vontade do adulto e, não é boa quando significa o agir pela própria opinião. Portanto, "Heteronomia quer dizer ser governado por outra pessoa, ao contrário de autonomia que significa ser governado por si mesmo [...]" (BARROS, 1996, p.32).

De acordo com Kamii (2004), Piaget descreve em sua teoria a autonomia não como direito, mas como "[...] a capacidade de decidir sozinho entre certo e errado no domínio moral, bem como entre verdade e inverdade no domínio intelectual, levando em conta fatores pertinentes, independentemente de recompensa ou punição" (p. 10).

Quando chega à autonomia, é convivendo socialmente e pela autodeterminação que o sujeito atende às leis e regras, considerando fatores relevantes que levam ao agir que seja melhor para todos, percebendo o ponto de vista das outras pessoas. "A pessoa autônoma não é aquela que faz tudo que o que deseja, [...], o sujeito autônomo sabe coordenar as regras, idéias, decisões e preferências de seu grupo social, agindo de forma harmônica" (WERRI; RUIZ, 2001, § 40). O isolamento nada tem haver com autonomia, pois para Piaget "[...] o florescer do pensamento autônomo e lógico

operatório é paralelo ao surgimento da capacidade de estabelecer relações cooperativas (AUTONOMIA..., [2000?] §1). O aparecimento que da reciprocidade, do colocar-se em correspondência com o outro, possibilita a aquisição da autonomia “[...] quando o respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado” (PIAGET, 1994 *apud* ARANHA, MARTINS, 1998, p. 135). O indivíduo passa a compreender a falta cometida e seus efeitos.

Neste contexto aparece a importância da ação pedagógica do supervisor, para auxiliar o professor de modo a pensar em posturas e estratégias que favoreçam um aprendizado efetivo em direção a autonomia, levando os alunos a se perceberem enquanto indivíduos responsáveis por suas decisões, atos e consequências.

Autonomia Moral e Autonomia Intelectual

Os indivíduos que possuem autonomia moral, segundo Kamii (2004), não são influenciados, quanto às suas ações, por punições ou recompensas. O mentir, por exemplo, é considerado ruim independente de como pode ser a reação da autoridade do adulto, da possibilidade de ser descoberto e, da recompensa ou punição que este pode

acarretar. “[...], há autonomia moral quando a consciência considera como necessário um ideal, independente de qualquer pressão exterior [...]” (*ibidem*, p. 10). Para estimular o desenvolvimento da autonomia, é preciso que pais e educadores troquem pontos de vista com as crianças. Os valores morais são construídos pelos indivíduos dentro de si.

Em relação ao domínio

intelectual, segundo Kamii (2004, p. 11):

No domínio intelectual, autonomia significa a capacidade de levar em conta fatores pertinentes e julgar por si o que é verdadeiro e o que não é, enquanto heteronomia significa ser dependente dos outros para fazer esses julgamentos[...]. Uma pessoa intelectualmente heterônoma, [...], acredita inquestionavelmente no que lhe dizem, incluindo conclusões ilógicas, slogans e propagandas.

As crianças não são arquivos passivos, guardando apenas o que lhes é comunicado e ensinado. Pesquisam, experimentam, buscam respostas e constroem sua lógica e, com o domínio das palavras, enriquecem suas ideias e pensamentos. É importante que os educadores não corrijam a criança de maneira a inibi-la durante a sua vivência em situações de aprendizagem, deixando que tente encontrar por si própria seus erros e investigue para corrigi-los, tornando assim seu raciocínio correto, estimulando a capacidade de pensar.

"Para Piaget, não é possível uma autonomia intelectual sem uma autonomia moral, pois ambas se sustentam no respeito mútuo, o qual, por sua vez, se sustenta no respeito a si próprio e reconhecimento do outro como ele mesmo" (AUTONOMIA..., [2000?], § 4). Quando a consciência está centrada na autoridade do outro e não reconhece a si mesmo, faz com que a cooperação não seja possível. O indivíduo não poderá agir como sujeito.

O respeito mútuo aparece, portanto, como condição necessária da autonomia, [...]. Do ponto de vista intelectual, libera a criança das opiniões impostas, em proveito da coerência interna e do controle recíproco. Do ponto de vista moral, substitui as normas da autoridade pela norma eminente à própria ação e à própria consciência, que é reciprocidade na simpatia (PIAGET, 1977 *apud* AUTONOMIA..., [2000?], § 6).

As Sanções e a Autonomia

Durante sua pesquisa, Piaget observou reações de crianças, encontrando dois tipos de sanções (punições): as sanções expiatórias, que são identificadas com mais frequência entre os menores, "[...] ligadas à coerção e a autoridade adulta sobre as crianças, a lição de moral sempre vem acompanhada de um castigo arbitrário em relação à natureza da infração" (WERRI;

RUIZ, 2001, §33); e as sanções por reciprocidade, caracterizadas pela sua ligação direta com a falta cometida e com as ideias de igualdade e cooperação, levando as crianças a construírem suas regras morais.

Os adultos devem estar atentos a este último tipo de punição e utiliza-la nas mais diversas situações com a criança, visto que funciona como uma das melhores formas de auxiliar no desenvolvimento da autonomia moral, por possibilitar que a construção de regras pelo indivíduo se de não pela imposição da autoridade adulta, mas através de discussões que levam a criança a perceber que as ações devem respeitar e considerar a visão do grupo no qual ela convive e faz parte.

O papel do Supervisor no processo educativo

A organização de grupos sociais para desempenharem funções ou atividades desejáveis, de acordo Alonso (*apud* FERREIRA, 1997?), explicadas pelas ciências da educação e sociais, fundamentam a supervisão educacional, que vai atuar no aperfeiçoamento do trabalho educativo para atingir objetivos estabelecidos, atuando dentro de um contexto educacional atual que prevê a realização individual e social do indivíduo, sujeito do seu processo de desenvolvimento.

Após passar por um momento de

críticas à sua atuação durante a década de 80, a supervisão pedagógica é redescoberta nos anos 90 como um instrumento necessário para impulsionar uma mudança nas escolas, deixando o cunho autoritário para se tornar um elemento facilitador do processo pedagógico, agindo para que as reais necessidades da comunidade escolar sejam atendidas, priorizando um trabalho coerente e realista.

Há uma reflexão sobre a própria nomenclatura e função deste profissional:

A expressão supervisão é [...] utilizada para designar uma ação com características próprias, não associada ao desempenho de um cargo ou papel, podendo ser desenvolvida por qualquer agente educacional (ALONSO, [1990?], p. 169).

Portanto, a função do supervisor deixou de ser associada a um poder autoritário, para ser encarada não como um cargo de uma estrutura rígida, mas como a ação de um profissional que vai atuar junto e em parceria com outros profissionais da educação, destacando-se o acompanhamento da prática do professor para auxiliá-lo a fazer a transposição e adequação da teoria a prática. Esta última colocação reflete, segundo Pereira e Ely (2005?), característica que defini a vivência em uma escola reflexiva em que se busca a união entre teoria e prática e prática e teoria, enriquecendo as experiências diárias.

Uma equipe realmente educativa possui este perfil, trabalhando como co-autores de uma gestão compartilhada, de forma contextualizada e problematizando sobre a realidade.

Dentro de um ambiente de colaboração e respeito mútuo, o supervisor será aquele que vai oferecer orientação e assistência aos professores nas dificuldades do dia-a-dia. Eles serão, como apontam Pereira e Ely (*ibidem*), os problematizadores do fazer do supervisor, induzindo ao crescimento contínuo e mútuo de ambas as partes. O papel fundamental do supervisor pedagógico é acompanhar os professores, com vistas à continuidade de sua formação, dentro da própria escola.

De acordo com a Resolução nº 7.150, de 16 de junho de 1993, na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, em seu artigo 1º,

É papel específico do especialista de Educação (Supervisor Pedagógico ou Orientador Educacional) articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos coordenadores de áreas, dos docentes, dos alunos e de seus familiares, em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

Na prática de sua escola, o supervisor vivencia dificuldades,

necessidades, enfim, desdobramentos pedagógicos e sociais que pedem reformulações de conceitos e condutas, alargamento de visões e ligação destes ao processo de desenvolvimento tanto do professor, enquanto profissional da educação que está em permanente construção de sua identidade, quanto do aluno e famílias.

A supervisão tem a grande responsabilidade na orientação e acompanhamento do desenvolvimento das situações de ensino, prestando ajuda técnica, no planejamento, no desenvolvimento e avaliação das atividades realizadas na escola. As intervenções e implementações feitas a partir da atuação do supervisor devem estabelecer metodologias fundamentadas teoricamente, interligando a teoria com a prática escolar e fortalecendo as ações que acontecem.

Portanto, cabe ao supervisor funcionar como um elemento integrador, buscando a união entre toda comunidade escolar em prol de todos os objetivos destinados a um ensino de qualidade, que proporcione uma aprendizagem realmente significativa aos alunos, envolvendo professores, como famílias, demais funcionários e pessoas que fazem parte do contexto da escola, unificando visões e ideais.

Segundo Alonso (1990?), são características de um supervisor:

- Manter um clima de cordialidade e abertura de idéias entre os profissionais com os quais lida, assim como favorecer as lideranças.
- Conhecer a legislação, seus limites e brechas.
- Estimular o desenvolvimento de experiências e a sua troca entre o grupo.
- Atentar para as dificuldades dos professores, criando estratégias para consulta e discussão dos assuntos.
- Dar subsídios aos docentes sobre diferentes temas, seja diretamente ou indiretamente, com a orientação de leituras e proporcionando encontros com especialistas.
- Atuar junto à administração da escola e sistema, encontrando meios e viabilizando encontros para debates e capacitações.

O supervisor pedagógico ocupa um papel político e de liderança no espaço escolar. Deve ser um profissional comprometido com o seu grupo de trabalho, ousando e inovando para a melhoria e implantação de novas práticas.

Existem vários questionamentos que fazem parte da prática educativa atual, e que também permeiam a atuação do supervisor pedagógico, suscitando sua constante reflexão: Qual sua responsabilidade na preparação das novas gerações? Como orientar o trabalho pedagógico do professor, visto que o acesso às informações pode ser feito até mais rapidamente fora da escola e é necessário saber lidar com elas? Como trabalhar com os conhecimentos? Como pensar a educação hoje? Como definir o papel da escola frente às novas realidades sociais? Como preparar o professor e/ou educador? Que mudanças estruturais e dos fundamentos pedagógicos são necessárias?

[...] para que a supervisão educacional ganhe seu verdadeiro sentido no contexto escola, é necessário despir-se do autoritarismo que a caracterizou em épocas passadas e assumir seu verdadeiro papel de estimuladora e organizadora de um projeto de mudança necessária que envolva, de forma responsável, toda a comunidade escolar (ALONSO, [1990?], p. 179).

Junto com o professor, e demais profissionais na escola, o supervisor avaliará as condições e resultados do processo e determinará as reais necessidades de formação dos alunos. Aqui se encontram a necessidade de abrir novos espaços, desenvolver flexibilidade e a autonomia, tanto dos profissionais que vão atuar junto aos alunos, quanto dos próprios, condição necessária à vida na atualidade e aos desafios que ela oferece. É importante saber o que mudar, como mudar, para quê e com que recursos.

O Supervisor Pedagógico e a autonomia

De acordo com Silva (1997), a função do supervisor será reduzida a atualizar o homem, de acordo com valores sociais - inculcações ideológicas -, assumindo tão somente o papel de reprodução, e não o seu verdadeiro papel de trabalhar em função do desenvolvimento do homem, o que requer uma reflexão em torno do processo educacional e das responsabilidades do supervisor, para que este seja crítico e dialético, e não apenas funcional. Questiona-se ainda a função do supervisor pedagógico, quanto ao equilíbrio da dimensão técnica e política, visto que o mesmo não pode reduzir sua visão de processo.

Para coordenar o processo ensino aprendizagem dos alunos e auxiliar os

professores, o supervisor pedagógico precisa, durante o processo de construção do currículo de sua escola, articular todos os aspectos ligados às vivências escolares, dentre eles projetos pedagógicos, livros didáticos, e outros, assim como um espaço reservado aos estímulos à formação pessoal e social, aos quais o desenvolvimento da autonomia dos alunos está diretamente ligado, trabalhando com conteúdos, habilidades e atividades que favoreçam-no.

Durante muito tempo a perspectiva tecnocrata da escola roubou um tempo precioso do supervisor, confinando-o ao preenchimento de papéis e ao controle rigoroso dos professores: cabia ao supervisor controlar os passos do professor, através de fichas de acompanhamento que pouco estavam relacionadas com o avanço pedagógico, mas sim com o controle as ações do professor que pouco podia ousar, pensar, agir e repensar (PEREIRA; ELY, [2005?], § 42).

Os supervisores vêm tentando superar este estigma, tornando-se pessoas centrais na garantia de condições de aprendizagem e desenvolvimento dos profissionais, para uma formação em serviço e escola reflexiva.

Neste sentido, é necessário, em relação ao desenvolvimento da autonomia, que o supervisor pedagógico interfira para o

desenvolvimento do perfil do próprio profissional que vai atuar junto aos alunos: o professor, que deve, de acordo com Pereira e Ely (2005?), ser autor de pensamentos e ideias, buscando respostas para indagações que aparecem no seu cotidiano, deixando de ser um mero reproduzidor de práticas não refletidas. Dessa forma, devem ser criados, dentro da escola, espaços privilegiados para a formação de profissionais reflexivos, favoráveis ao diálogo.

É importante compreender que formação não é algo para ser trabalho somente no âmbito individual, mas no coletivo, porque não existe indivíduo sem grupo e nem grupo sem indivíduo. Todos precisam participar dos ideais e caminhos que a educação vai tomar. É um processo contínuo, que não termina.

Segundo Freire:

[...] nesse processo de educar não existe tempo. E toda e qualquer inquietação individual deve ser coletivizada. Essas duas coisas andam juntas sempre. Não é possível separar o indivíduo do grupo. Portanto, não existe aquela coisa de eu ditar - ou alguma pessoa do grupo ditar - alguma necessidade. [...]. O saber é construído junto. E aí ele espalha o que eu sei o que eu não sei. Ele me retrata, retrata você. E isso é difícil. Porque viver em grupo não é fácil. Mas eu acho que o ato de educar se dá nele. Fora dele, não

há educação (MENDES, [2006?], §3).

Todos devem participar das discussões que acontecem no âmbito da escola. Professores e supervisores devem compartilhar a supervisão, permitindo despertar confiança, solidariedade e apoio mútuo entre os profissionais, conseqüentemente, desenvolvendo a autonomia de todos.

Individualmente, a autonomia é um atributo da pessoa, originada da liberdade pessoal e afirmação da pessoa durante o convívio pessoal. Dentro do grupo, significa os esforços e atitude de gerir novas vidas.

A tarefa educativa tem como pressuposto ético a autonomia de quem educa. Esta autonomia do educador tem na autonomia regimental da escola apenas uma das condições de seu exercício e não pode ser com ela confundida. A autonomia do educador – por paradoxal que possa parecer – é, hoje, num momento histórico de busca democrática, um “comprometimento total” com o ideal democrático de educação (SILVA *et al*, [2000?], § 9).

A autonomia não é um valor fechado, mas que se define em uma relação de interação social e que é vivenciado em relação à autonomia de outras pessoas.

Cabe ao supervisor pedagógico, - visto que uma das funções primordiais do profissional responsável pela supervisão é acompanhar e orientar os docentes durante sua atuação pedagógica - e ao professor, juntos, neste processo de desenvolvimento da autonomia de todos, atentar-se para características e realização de práticas que definem uma educação que não favorecem a autonomia e que levam a autonomia.

Práticas de educação que não levam a autonomia

A atuação e a postura dos adultos da família e na escola (supervisores, professores, funcionários, e outros), que convivem com os alunos é muito importante para definir a maneira com que estes vão agir.

Crianças educadas por adultos autoritários têm muito menos oportunidades de desenvolver sua autonomia. Essas crianças são forçadas a obedecer, em vez de serem encorajadas a inventar argumentos que façam sentido e que convençam os adultos [...] (BARROS, 1996, p.33).

O indivíduo torna-se submisso e tem uma atitude passiva diante dos acontecimentos, estando à mercê de qualquer pessoa que mostre algum poder sobre o

mesmo. Werri e Ruiz (2001) dizem que a criança é inibida de atuar quando, ao exercer sua autoridade no ambiente onde esta vive, o adulto estabelece uma relação unilateral, utilizando-se de regras que devem ser obedecidas mesmo sem que a criança identifique seu porquê.

"Os adultos superprotetores criam com a criança vínculos de dependência, inibindo suas atitudes e tornando-a incapaz de tomar decisões sozinha [...] (*ibidem*, § 48). De acordo com Maragon (2004), citando a explicação da psicóloga especialista em desenvolvimento humano Elvira de Souza Lima, de São Paulo, a criança acredita não ser capaz de explorar o mundo à sua volta sozinha, esperando que todos, além dos adultos da família, conduzam seus atos, por ela citada. Isto se reflete no desenvolvimento intelectual e na geração de um comportamento adulto obediente à todas as estruturas sociais. Opinar e criticar tomam-se grandes dificuldades.

A autoridade adulta sobre o pensamento da criança não apenas prescinde de verificação racional, mas também retarda frequentemente o esforço pessoal e o controle mútuo dos pesquisadores (PIAGET, 1998 *apud* WERRI; RUIZ, 2001, §22).

Do ponto de vista moral, segundo Barros (1996), reforça-se a heteronomia e impede-se o desenvolvimento da autonomia

quando, para controlar o comportamento das crianças (alunos), os adultos utilizam punições e recompensas.

Usando o diálogo e a troca de pontos de vista, seria possível proporcionar mais condições de crescimento.

Como a escola contribui negativamente para o comportamento autônomo

A escola, dizem Werri e Ruiz (2001), parece ignorar que os alunos pensam, deixando de estimulá-los, dando respostas prontas que não permitem que as crianças experimentem e tentem formular hipóteses, limitando as possibilidades de utilizar a liberdade criativa e a fantasia. Esta ação da educação formal pode ser justificada pelas exigências do currículo a ser cumprido, pela falta de tempo ou até mesmo, por professores que não se encontram bem preparados, fazendo de seus alunos seres passivos, aparecendo aqui, então, a necessidade de orientações e do papel do supervisor. E ainda:

A escola com estruturas tradicionais, através de seus métodos autoritários, apesar das tentativas de mudanças, estará cumprindo o papel de órgão ideológico e de conservação das estruturas sociais, por não contribuir de forma significativa para o desenvolvimento moral e intelectual de seus alunos, ao se restringir a transmissão de conteúdos e demonstrar insegurança na

sua contribuição moral
(*ibidem*, § 52).

A escola enfatiza o exercício da memória, ao invés de desenvolver as competências cognitivas do aluno, que ao ingressar nesta, é levado a abrir mão do criar e da busca por conhecer. "Inicia-se [...] o processo de padronização, todas as crianças serão educadas para agir, falar, escrever e até pensar igual" (*ibidem*, §17). O aluno apenas obedece ao professor, decorando informações que não entende, frente ao medo de ter julgada qualquer tentativa de criar como errada e inferior.

"Cria-se assim, um estereotipo do bom aluno, aquele obediente, que faz tudo que o professor manda, faz todas as atividades e tem bom comportamento, isto é, aquele que fica estático dentro da sala de aula" (WERRI; RUIZ, 2001, §48). Os alunos, por não participarem da construção das regras, sentem dificuldades de segui-las e são rotulados pela escola e pelos professores como indisciplinados, parecendo não perceber que esta é uma postura incoerente.

Uma educação para a autonomia

As relações estabelecidas pela criança com os adultos e com outras crianças no seu convívio social influenciam no desenvolvimento de sua autonomia moral e intelectual. "Para o desenvolvimento da

autonomia da criança é essencial que o adulto se relacione com ela com respeito e afeição. Assim, ela terá maior probabilidade de respeitar a maneira como as outras pessoas pensam ou sentem" (BARROS, 1996, p. 33). Ao trocar pontos de vista com a criança, os adultos (familiares, professores, outros educadores, etc.) estimulam que ela exercite sua capacidade de tomar decisões e aprenda a levar em consideração o ponto de vista de outras pessoas, favorecendo o desenvolvimento da autonomia.

A autonomia moral da criança, segundo Werri e Ruiz (2001), deve ser encarada como o resultado de um processo, realizado em um ambiente solidário, onde o indivíduo possa agir ativamente na construção de sua moralidade, tendo o respeito mútuo entre todos que convivem no ambiente e a oportunidade de refletir sobre suas ações, através de punições por reciprocidade, como condições necessárias.

Formar um sujeito autônomo é possível quando a autoridade adulta é diminuída e se desenvolve o respeito mútuo entre adulto - criança, criança - criança, possibilitando a construção dos valores morais a partir de discussões e de ações que considerem a opinião e respeitem o grupo a que ele pertence. [...] a convivência em grupo, o trabalho cooperativo e as sanções por reciprocidade são as melhores formas para desenvolver a autonomia moral (*ibidem*, § 36).

Os alunos não podem ser apenas coagidos a agir de uma maneira, considerada pelos adultos, como correta. Ela precisa ser conduzida a corrigir sua conduta através da compreensão de suas faltas. Quando participa da elaboração das regras, a criança as entende como um acordo comum do grupo e as respeita mais facilmente. "Do ponto de vista moral, a cooperação leva não mais a simples obediência às regras impostas, sejam elas quais forem, mas a uma ética da solidariedade e da reciprocidade [...]" (PIAGET, 1998 *apud* WERRI; RUIZ, 2001, §59).

Em relação à autonomia intelectual, Piaget (1998, *apud* WERRI; RUIZ, 2001, §53), defende, como a primeira das condições para uma educação da liberdade, a educação do pensamento, o aprender a pensar, ação que não é possível de ser realizada num regime autoritário de educação. Diz ser preciso a formação de inteligências que atuem ativamente, porque o simples preenchimento da memória com conhecimentos úteis é insuficiente no desenvolvimento de sujeitos livres. "Pensar é procurar por si próprio, é criticar livremente e é demonstrar de forma autônoma. O pensamento supõe então o jogo livre das funções intelectuais e não o trabalho sob pressão e a repetição verbal" (*ibidem*, §21).

De acordo com Werri e Ruiz (2001), Piaget e seus seguidores, ao tratar da autonomia, colocam como importante para a

criança a consciência e a reflexão sobre seus atos, que não devem acontecer através de pressões (punições e recompensas), mas por escolha própria e, pelo contato com respostas corretas pelo seu próprio mérito de tê-las encontrado, e não porque as forneceram prontas.

A educação que possui entre seus objetivos principais promover a aquisição da autonomia coloca como princípio mais básico para ensinar:

evitar a imposição de decisões que sejam pré-fabricadas. É importante incentivar as crianças a levar em consideração fatores pertinentes ao tomarem suas próprias decisões, porque é decidindo que as crianças aprendem a tomar boas decisões (KAMII, 2004, p.12).

O aprendizado de conteúdos sem significado para a vida deveria ser substituído por "métodos que privilegiassem a cooperação, numa relação de respeito mútuo e de investigação" (WERRI; RUIZ, 2001, §65), preocupando-se com um ser humano que é ativo, que precisa se relacionar para se desenvolver, sentindo, amando, sendo amado, vivendo.

Como o supervisor pode orientar a atuação do professor

Segundo Maragon (2004), para auxiliar melhor o desenvolvimento da

autonomia de seus alunos, o professor precisa ganhar sua confiança, acompanhar constantemente e atentamente suas ações, não as realizando por eles, mas elogiando seus progressos e incentivando para que eles façam o que já conseguem fazer sozinhos, o que varia de criança para criança e de acordo com a cultura do ambiente em que ela vive, para que, gradualmente, sejam capazes de assumir por si próprios suas tarefas.

Visando um maior crescimento de seus alunos, o professor pode oportunizar uma diversidade de situações, dentro e fora da sala de aula, dentre elas as de interação com os outros colegas, onde o aluno possa exercitar sua autonomia. Isto também irá facilitar a avaliação do professor, evitando que este cause traumas através de rótulos precipitados. É importante ainda contar com o apoio da família, como parceria na continuidade do trabalho realizado pelo professor.

Werri e Ruiz (2001) dizem que os alunos trabalhando em grupo, realizando atividades de uma maneira cooperativa, necessitam que o professor interfira de maneira provocativa, para que ambos assumam uma postura pesquisadora, pois:

[...] através de uma relação de respeito mútuo entre professor - aluno, a cooperação entre iguais e respeitando o aluno como sujeito construtor de seu conhecimento, poderemos contribuir para a formação de

indivíduos autônomos (*ibidem*, §55).

A autonomia passa por um processo de construção, o qual, podemos ver que dependem na infância e adolescência, do apoio e postura dos adultos.

Considerações finais

Conclui-se que a atuação do supervisor é de infindável importância para a criação de um contexto escolar onde os profissionais com os quais lida diretamente, os professores, e os alunos, sujeitos que dão sentido ao processo educativo, tornem-se indivíduos mais autônomos.

O supervisor pedagógico precisa atuar na direção de uma educação reflexiva e crítica, que busca mais do simplesmente reproduzir, que dê base para uma escola de indivíduos criativos, autores e autônomos em suas ações.

Diante das adversidades da profissão e da atuação, o supervisor deve estar comprometido com uma gestão pedagógica empreendedora, na qual o professor terá uma postura de parceria, proporcionando que a sua sala de aula torne-se um espaço prazeroso de pesquisa, investigação, que permita que o aluno torne-se também autônomo, relacionando-se, participando do seu processo de aprendizagem, interagindo de forma crítica, ética e inovadoras na sociedade.

A supervisão passa a ser um fator político quando se preocupa com o sentido e os efeitos da ação que a prática educativa desencadeia e não só com os resultados imediatos do trabalho desenvolvido pela escola, deixando de ter uma visão apenas técnica.

Cabe ao supervisor pedagógico também trabalhar de forma cooperativa com os professores, investindo em formação continuada e no desenvolvimento da autonomia dos profissionais.

Cabe a escola, espaço em que a criança convive e constrói seus conhecimentos, e a equipe pedagógica, corpo docente e a todos àqueles que nela atuam direta e indiretamente na educação dos alunos, promover situações em que estes possam atuar de forma ativa, tanto na internalização de regras morais, ajudando na formulação das mesmas, quanto no desenvolvimento de pensamento através da interação com o meio para a construção de seus conhecimentos. Assim, evitará a imposição de ideias, o repasse de respostas prontas e o controle do comportamento por meio de punições arbitrárias e recompensas. Ações dos adultos e a relação que estabelecem com as crianças, constituem influências positivas ou negativas, que são decisivas para que aconteça ou não um desenvolvimento satisfatório da autonomia das mesmas.

Deve-se oportunizar ao aluno a tomada de decisões, o refletir sobre suas

ações para melhorar e corrigir sua conduta, o aprender a levar em consideração o ponto de vista dos outros discutindo e trocando ideias, para relacioná-lo com o seu, chegando a tomar decisões que visem não só o seu, mas o bem comum de todo o grupo. Assim a educação atuará favoravelmente na aquisição da autonomia como capacidade fundamental para a formação de um ser consciente, reflexivo e ativo, que compreende e atua na realidade.

Este artigo tentou realizar aqui uma síntese simples com o objetivo de apontar a importância do papel do supervisor em um processo educativo direcionado para o desenvolvimento da autonomia e, orientar supervisores, professores e outros quanto à necessidade de se desenvolver a autonomia de todos os indivíduos, tanto profissionais que atuam com a educação, quanto dos alunos, protagonistas de suas realidades e do futuro das sociedades.

Referências

ALONSO, Myrtes. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**. 4. ed. [S.l.]: Cortez, [199-]. P. 167-181.

AUTONOMIA para Piaget. [S.l.:s.n], [2000?]. Disponível em: <<http://www.centroeducacional.com.br/piaget.html>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

BARROS, Célia Silva Guimarães. Relação professor-aluno: a escola e a autonomia das crianças. In: **Psicologia e construtivismo**. São Paulo: Ática, 1996. Cap. III, p. 32-33.

KAMII, Constance. A construção da autonomia na educação infantil. **Revista Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, n. 5, p. 9-12, ago./nov. 2004.

MARAGON, Cristiane. Pequenos, sim, mas independentes. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n. 171, p. 22-23, abr. 2004.

MENDES, Dalva das Graças. **A importância e a necessidade do supervisor articulador na formação continuada do professor**. [S.l.: s.n.], [2006?]. Disponível em: <http://www.sindicatoapase.org.br/File/06novembro/Falassupervisor_site.doc>. Acesso em: 01 mar. 2013.

MINAS GERAIS (estado). Resolução nº 7.150, de 16 de junho de 1993.

PEREIRA, Edlúcia Passos Carvalho; ELY, Vanessa Delving. **O supervisor na escola reflexiva: gestão-formação-ação!** São

Leopoldo: [s.n.], [2005?]. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/mestedu/Revista/N%2013/artigo5.pdf>>. Acesso em: 30 abril 2013.

PIAGET, Jean. Cooperação e autonomia. In: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. 2. ed. rev. São Paulo: Modema, 1998. p. 135.

SILVA, Naura Syria F. Corrêa da. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 53-73.

SILVA, Amarisia Barreto et al. **Autonomia da escola**. [S.l.:s.n.], [2000?]. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1613.htm>>. Acesso: 30 abril 2013.

WERRI, Ana Paula Salvador; RUIZ, Adriano Rodrigues. **Autonomia como objetivo na educação**. Maringá: [s.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.uem.br/-urutagua/02autonomia.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2013.